

COMUNICAÇÃO INCLUSIVA JÁ: OS SURDOS NA LUTA POR IGUALDADE

Marina Gomes Portela¹

Resumo:

Este artigo analisa o percurso dos movimentos Surdos e as consequências sobre as práticas escolares e no setor de Comunicação na conjuntura das lutas dos Surdos no Brasil. Iniciamos com uma rápida contextualização a respeito das mobilizações da comunidade Surda e suas articulações com as escolas e universidades, vistas como potencializadoras de uma guinada epistemológica no campo educacional, cultural, social e político dos Surdos – com “S” maiúsculo, para representá-lo como sujeito cultural e político. Depois, apontamos dados desses estudos, buscando a compreensão de como as experiências surdas se configuram nos espaços acadêmicos, nos movimentos sociais, nos meios de comunicação e políticos.

Palavras-chave: Educação bilíngue. Experiências surdas. Movimentos surdos. Políticas educacionais. Meio de comunicação de massa.

Introdução

Nos últimos anos, como fruto da presença da televisão e da Internet na sociedade, temos visto acontecer uma segmentação de diversos públicos, nos quais estão inclusos os Surdos que, mesmo tendo acesso a esses meios de comunicação, são excluídos da informação. Logo, é importante investigar o papel desses meios como forma de inclusão social e de que maneira os Surdos no Brasil acreditam que poderão atingir a legitimidade de sua cultura.

De acordo com a pesquisa do Censo 2010, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que, no Ceará, há 526.805 Surdos, entre eles pessoas que não ouvem de forma alguma (16.313) e outras que possuem algum grau de surdez. Segundo dado informado no Jornal Nacional, no dia 21 de maio deste ano, há aproximadamente dez milhões de brasileiros com algum grau de surdez².

1 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da instituição Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: marinagportela@hotmail.com.

2 Implantes e ideias ajudam a melhorar dia a dia de quem vive com surdez. Jornal Nacional. Publicado no dia 21 de maio de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/implantes-e-ideias-ajudam-melhorar-dia-dia-de-quem-vive-com-surdez.html>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

Pesquisamos sobre a trajetória dos movimentos dos Surdos e os dispositivos tecnológicos que auxiliam na educação deles, mais precisamente, dos Surdos do Estado do Ceará. Para fazer essa análise, articulamos recortes de investigações realizadas junto a professores, Surdos e em escolas de Surdos no Ceará. Os estudos se referem a Língua de Sinais e à educação de pessoas com surdez: políticas de inclusão e abertura à igualdade na escola, além de refletir a respeito das narrativas compostas por professores ouvintes e Surdos sobre suas experiências na área da Educação de Surdos.

Procuramos também pensar sobre a opinião dos movimentos Surdos segundo as repercussões das políticas educacionais e os possíveis novos desafios à sua educação. Começamos este artigo com uma contextualização histórica das mobilizações dos Surdos e as articulações entre os movimentos Surdos e o setor educacional e comunicacional como fomentador para uma mudança nos setores educacional, social, cultural e político dos surdos no Brasil.

O trabalho presente se propõe a refletir sobre o modo de como as vivências Surdas têm-se configurado no caminho das lutas para obter uma comunicação bilíngue em todas as redes de educação e conseguir a disseminação do uso de dispositivos de vídeo como elemento facilitador. Para finalizar, analisamos a atual situação sobre esses ideais, em como elas se apresentam frente às identidades/diferenças surdas nas atuais políticas educacionais, em que a educação bilíngue é apontada como plano para efetivação da perspectiva inclusiva.

O movimento surdo

A comunidade Surda tem a seu favor as políticas intercedidas nas associações e escolas de Surdos, nas igrejas, em eventos esportivos e outros. A forma de vida social Surda, frequentando locais de convivência comum com pessoas ouvintes, leva a um conjunto de significados e costumes distribuídos e construídos pelo povo Surdo, consistindo em diversos movimentos e lutas pelos seus direitos. Os Surdos estão sempre atuando em defesa de igualdade e inclusão, por exemplo, promovendo caminhadas, principalmente no dia 26 de setembro, que é o Dia Nacional do Surdo³. Os espaços políticos mais conhecidos são as Associações de Surdos, onde se encontram com mais

³ A data foi criada pela Lei nº 11.796/2008, de acordo com o Ministério Público Federal.

facilidade líderes e militantes Surdos. A fonoaudióloga Maria Cecília de Moura⁴, com pesquisas enfáticas na área de Linguagem e Surdez, reforça em uma matéria à Revista Sentidos⁵:

O dia do Surdo tem um significado simbólico muito importante. Ele representa o reconhecimento de todo um movimento que teve início há poucos anos no Brasil quando o Surdo passou a lutar pelo direito de ter sua língua e sua cultura reconhecidas como uma língua e uma cultura de um grupo minoritário e não de um grupo de ‘deficientes’ (MOURA, 2002, p.11).

A história nos mostra o quanto as pessoas com surdez foram perseguidas e discriminadas por pessoas ouvintes, que não aceitavam as diferenças e exigiam uma única cultura através do modelo ouvintista, inclusive na forma de alfabetizá-los. Os Surdos foram privados de se comunicarem em sua língua natural durante séculos, forçando-os a praticar a oralidade e a fazerem leitura labial, através dos métodos Oral Puro (língua falada) e Combinado (ensino da fala). O filósofo Aristóteles (384-322 a.C), por exemplo, difundia a ideia de que as pessoas surdas não tinham a capacidade de expressarem nenhuma palavra⁶ e que para alcançar a consciência humana era preciso ter audição, considerado, à época, o principal canal para o aprendizado. Ele dizia ainda que os Surdos não eram treináveis. Infelizmente esse foi o conceito que permaneceu por bastante tempo: a sociedade considerando os Surdos incapazes.

No Século XVII, o abade L’ Epée criou a primeira escola pública e foi o precursor no uso da Língua de Sinais. A metodologia utilizada por ele fez sucesso, porém, não durou muito, por ter sido desacreditada pela Medicina e pela Filosofia. No Brasil, em 1856, o Imperador Dom Pedro II fundou, em 26 de Setembro de 1857 (data em que é comemorado o Dia do Surdo, como já dito antes), pela Lei nº 839, a primeira escola para meninos Surdos, chamada Imperial Instituto de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O professor era o francês e Surdo Hernest Hue, seguidor de L’Epée.

O Instituto é um Centro Nacional de Referência na área da surdez. A língua oficial é a Libras (Língua Brasileira de Sinais, uma mistura da língua de sinais francesa com os sistemas de comunicação já utilizados pelos Surdos de diferentes locais do país) e o português a segunda. Desde então, os surdos puderam contar com o apoio de escolas especializadas à sua educação em Libras.

4 Currículo Lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2647375101078968>>.

5 MOURA, Maria Cecília de. O dia do Surdo. in BADIN e PINTO, Cláudia Gisele. Surdo sim, mas não mudo. Revista Sentidos, ano 2, nº11, Novembro de 2002.

6 Informação concebida pela revista, da Universidade de Brasília, História do Ensino de Línguas no Brasil (HELB), ano 1 – Nº 1 – Vol. 1/Janeiro de 2007, ISSN 1981-6677. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1022&Itemid=12>. Acesso em: 27 mai. 2015.

Mesmo assim, a Língua de Sinais chegou a ser abolida em diversos países, como aconteceu no Congresso de Milão, em 1880, que proibiu a comunicação através da Língua de Sinais dos Surdos. Um ano depois essa proibição se estendeu ao Brasil, que somente em 1951 criou o primeiro curso normal para professores na área de surdez, no INES. A partir de 1972, estratégias de atuação em educação especial passaram a ser estabelecidas. Nesse período, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), com a finalidade de coordenar em escala federal as iniciativas no campo de educação especial.

O Centro estudou dados para elaborar as suas próprias estratégias de atuação na identificação, no diagnóstico, no atendimento, em equipamentos e também em aprimoramento profissional especializado. Desde então, o internato deixou de ser considerado a forma ideal de educar o indivíduo Surdo, por não oferecer oportunidades de convivência com seus familiares e amigos a fim de constituir a base do desenvolvimento de integração com a sociedade.

Nos anos de 1980, a pesquisadora da área de Língua de Sinais e também de Semântica e Pragmática da Linguística Lucinda Ferreira Brito⁷ apresentou a Língua de Sinais utilizada pelos surdos das capitais brasileiras, denominada Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB) e a existência de uma outra Língua de Sinais no Brasil, a Língua de Sinais dos índios Urubus-Kaapor (LSUK), no Maranhão.

Em maio de 1987, foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), uma entidade que trabalha em prol da sociedade Surda, com o objetivo de garantir a defesa de seus direitos linguísticos e culturais. A FENEIS divulga a Libras como meio natural de comunicação de pessoas Surdas, se preocupa com a inclusão desses profissionais no mercado de trabalho e promove pesquisas à sistematização e padronização do ensino de Libras para ouvintes.

Podemos notar, com esse contexto histórico, que a comunidade Surda luta pela pedagogia Surda, que defende uma língua visual, com expressão corporal, como forma de comunicação. Uma metodologia na qual ouvintes têm aulas de Libras com professores Surdos, ensinando a cultura como estrangeira e apresentando as diferenças das identidades culturais dos alunos Surdos. O método favorece à organização da identidade dos sujeitos Surdos, ampliando mercado de trabalho para estes e conscientizando ouvintes, através da inclusão social.

7 Currículo Lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1695994704730655>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

A pedagoga Karin Strobel, em sua tese de doutorado⁸ em Educação e Processos Inclusivos, explica que diversas escolas de Surdos contratam profissionais ouvintes. Acontece que estes têm o “mundo” diferente dos Surdos, enxergando esses estudantes de forma especial, como se precisassem de sua compaixão. Muitas vezes o docente que ouve está carregado de preconceito e acredita que ensinando a Surdos estão praticando uma atitude de “fazer o bem”, pois, para eles, os Surdos precisam de sua ajuda para se desenvolverem.

Segundo muitos relatos de sujeitos surdos, em uma das escolas, hoje já fechada, onde a diretora e as coordenadoras eram ouvintistas autênticas, usava a representação dos surdos como sujeitos ‘deficientes’, a diretora dizia muitas vezes com deboche ‘esses surdos’, ‘esses bandos de surdos’, como se os sujeitos surdos fossem seres inferiores que não tinham capacidade de captação e isto angustiou por dentro os sujeitos surdos nestes anos todos que trabalharam lá, porque estavam com as mãos ‘amarradas’ e boca ‘amordaçada’ (STROBEL, 2008, p.70).

A importância dos meios de comunicação de massa à inclusão social

A televisão e a Internet têm um lugar privilegiado dentro dos meios de comunicação de massa (MCM). Mesmo compartilhando a atenção do público com o rádio, o cinema e o impresso, elas são meios bastante usados pelos Surdos para se ter acesso à informação. No caso brasileiro, a TV não é apenas um veículo do sistema nacional de comunicação, é a mais vista, (95% dos brasileiros assistem TV regularmente e 74% a veem todos os dias⁹), sendo assim a principal via de acesso às notícias e ao entretenimento para grande parte da população. O conteúdo das reportagens propõe aos telespectadores uma escrita audiovisual da realidade.

As informações transmitidas devem ser acessíveis ao público. Para isso, a mídia formata seus programas de um modo que fiquem adequados à linguagem usada para informá-lo. No entanto, norteadas pela lógica de mercado, essa linguagem empregada, que busca a geração de lucros, além de interesses interpessoais, termina sacrificando o viés cidadão do telespectador, exaltando o lado consumidor, que é, por fim, a base de toda operação mercadológica em torno da mídia audiovisual

8 Tese de doutorado em educação, na linha de pesquisa Educação e Processos Inclusivos, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <http://feneismg.org.br/doc/Tesis_Strobel_2008.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2015.

9 Televisão ainda é o meio de comunicação predominante entre os brasileiros. O dado é da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (PBM 2015), divulgada no dia 19 de dezembro de 2014, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/televisao-ainda-e-o-meio-de-comunicacao-predominante-entre-os-brasileiros>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

(REZENDE, 2000).

A língua materna do sujeito telespectador, enquanto modelo de código, que opera como condutor do raciocínio mental sobre a percepção da mensagem das notícias telejornalísticas, deve ser considerada como elemento desse sistema simbólico (ECO, 1999). Além da linguagem, a mensagem jornalística é influenciada pelo segmento social de audiência e pelos grupos sociais presentes na massa de audiência.

Ocorre, então, um processo de fragmentação entre os públicos, como afirma BARBERO e REY, em seu livro *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva* (2001, p.71), ao dizerem que “canais e programas criam audiências-modelo que são muito mais do que espectadores fortuitos. Trata-se de grupos ou tribos identificáveis tanto por suas preferências midiáticas como por suas decisões vitais”. A linguagem deve ser considerada como elemento pertencente a esse sistema simbólico. BARBERO e REY (2001) insinuam ainda que as modificações cognitivas sustentam as diversas interpretações de mensagens televisuais, suscitando o exercício do ver.

Eliseo Verón (2014) mostra uma visão a longo prazo a respeito da midiaticização. Para ele, os fenômenos midiáticos possuem aspectos globais das sociedades, desde a produção de ferramentas de pedra. A invenção da imprensa democratizou a descontextualização e a tornou acessível a todos. Vendo dessa forma, a história da midiaticização pode ser contada como uma disputa sem fim entre grupos sociais confrontados, procurando estabilizar sentidos. Para Eliseo, a comunicação humana é não linear independente do nível de funcionamento, porque é um sistema auto-organizador longe do equilíbrio. Seu ponto de vista é de que a especificidade do face a face da comunicação está relacionada a ausência de fenômenos midiáticos e não uma suposta linearidade.

A midiaticização certamente não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades humanas, do passado e do presente, mas é, mesmo assim, um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de semiose. Essa capacidade foi progressivamente ativada, por diversas razões, em uma variedade de contextos históricos e tem, portanto, tomado diferentes formas. Entretanto, algumas das consequências estiveram presentes em nossa história evolucionária desde o início e afetaram profundamente a organização das sociedades ocidentais muito antes da modernidade (VERÓN, 2014, p. 14).

É fundamental que os meios de comunicação saibam “com quem” vão se comunicar, para então definir “como” irá formatar sua programação. Nesse ponto, vale destacar as TVs Universitárias, muitas apoiadas nos cursos de Comunicação, a Pública e as Comunitárias. Elas são

um instrumento laboratorial de vital importância, para os estudantes, pesquisadores e professores. O canal da universidade, mantendo os cursos de Comunicação como protagonistas, é indispensável que ele batalhe por isso, mantendo uma visão universal, de todas as áreas do conhecimento.

Essa luta pela inclusão no campo da Comunicação é pertinente, pois a agressão simbólica contra a cultura Surda atrapalha muitos sujeitos Surdos de viverem a sua cultura com autenticidade, buscando se adaptar com a normalização que a sociedade impõe. Existe uma dificuldade por parte dos ouvintes em desassociar a falta de ouvir com deficiência. É preciso entender a Cultura Surda.

A cultura surda como fator essencial à inclusão social

É necessário que entendamos como funciona a Cultura Surda, o que é e em que consiste, a fim de desvinculá-la da palavra *deficiência*. De acordo com Karin Strobel (2008):

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo (STROBEL, 2008, p.22).

Os episódios históricos inscritos e mais conhecidos no Brasil são circunstanciais aos fatos. Esses registros são encontrados com facilidade nos livros didáticos, no entanto, há diferentes versões importantes que são omitidas. São poucos os documentos divulgados que trazem a “voz” desses grupos. É difícil entender esse silêncio a respeito deles. Para que haja registro histórico cultural é preciso estudar suas as crenças culturais e linguísticas, a fim que sejam compreendidos.

Através do conhecimento histórico cultural da comunidade Surda podemos ter uma nova interpretação de fonte e literária, concedendo espaço à sua cultura, valores, hábitos, leis e linguagem, deixando aquela valorização em excesso sobre a história registrada pela visão do “colonizador”.

A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e se estabelece à diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro” (PESAVENTO, 2005, p. 54).

Assim, a história cultural dos Surdos retrata os seus movimentos em toda parte do mundo, buscando não antepor somente os fatos vivenciados pelos educadores ouvintes, que determinavam

uma história com metodologias ouvintistas de ensino. A ideia é apresentar os padrões culturais dos Surdos por meio de relatos, de fatos vivenciados e de observações, aglomerando-se em um emaranhado de acontecimentos, levados a conhecimento através de associações, escolas, universidades e movimentos de Surdos pouco conhecidos na sociedade.

A primeira tarefa do estudo da cultura Surda é descobrir quem os Surdos pensam que são. Do ponto de vista dos Surdos, quem se qualifica como uma pessoa Surda e quem não o faz? Quais são as "categorias distintas de pessoas" que a cultura Surda impõe ao mundo? Se o mundo visto através dos olhos do Surdo não é habitado por pessoas sem rosto e sem qualidades, quem são os *alguéns*, positivamente caracterizados e apropriadamente identificados? (WILCOX, 2005, p.97).

É importante lembrar que os sujeitos Surdos têm, em alguns pontos, perspectivas próprias, porque vivem de uma maneira diferente, com mais experiência visual, longe da experiência auditiva. É como se para os Surdos, assim como para todos os outros indivíduos, houvesse no mínimo dois tipos de pessoas: “nós” e “eles”. As crianças, no início da vida, não faz diferenciação entre pessoas, para elas todas são iguais. Acontece que a sociedade as ensinam a diferenciar, dizendo que “algumas pessoas são como nós, mas existe uma parte que é diferente”.

Assim, o papel da criança é o de saber quem “nós” somos e quem “eles” são. Do mesmo modo, ao longo da vida, as crianças Surdas aprendem valores culturais Surdos de outros membros de sua comunidade. No mundo Surdo há diversos tipos de pessoas além de *surdos* e *ouvintes*. Existe também os *deficientes auditivos* – que caminham sobre a tênue linha que divide o mundo Surdo do mundo ouvinte. Há pessoas *oralizadas* que, para os Surdos, adotam o mundo ouvinte e menosprezam sua identidade como Surdas. E, por último, existem os *pensar-ouvintes* – uma expressão grosseira utilizada pela ASL apontada às pessoas Surdas que aceitam sem qualquer contestação crítica a ideologia do mundo ouvinte.

Os pesquisadores americanos Charlotte Baker-Shenk e Dennis Cokely, em seu livro sobre instrução em ASL (1980), sugerem um modelo de cultura Surda. Eles acrescentam, além dos aspectos citados no parágrafo anterior sobre os tipos de Surdos, outros fatores sociais, como o quanto uma pessoa está associada aos Surdos. Outro fator considerado por eles é político: o grau de influência que uma pessoa têm em assuntos da comunidade Surda.

Por último e considerado o critério mais importante para Baker-Shenk e Cokely para alguém ser considerado um membro da cultura Surda está presente o fator linguístico. É necessário saber em que medida o indivíduo usa e apoia o uso da Língua de Sinais, pois esta é o ponto central da

cultura Surda. Nota-se que o comportamento para esse alguém ser taxado de Surdo permeia todos os fatores citados acima. As pessoas culturalmente Surdas são atentas às atitudes de outras pessoas. O acesso à cultura Surda só é possível se mantermos uma postura adequada, que abrace a experiência, os valores e a Língua de Sinais.

Os sujeitos Surdos que aprendem a Língua de Sinais e se envolvem com a sua comunidade ficam mais seguros, melhoram sua auto-estima e entendem a identidade Surda. Por isso, é fundamental que as crianças Surdas tenham contato com adultos Surdos. Ela possivelmente desenvolverá sua identidade como uma representação de integridade e não como uma deficiência, buscando uma identidade que ela jamais alcançará, a de ouvinte.

As organizações de Surdos são espaços onde eles podem compartilhar suas experiências e mostrarem quem são de fato. Elas funcionam como um modo de resistência contra a prática ouvintista, bem diferente de quando surgiram. Às associações de Surdos no século XVIII, na Europa, o objetivo era de natureza social, devido o baixo padrão de vida daquela época, a fim de manter uns aos outros em caso de doença e desemprego.

Os desafios da educação bilíngue

A escola ignorou, por muito tempo, as peculiaridades dos alunos Surdos, trabalhando-os do mesmo jeito que faz com os ouvintes, utilizando os mesmos materiais, bem como os mesmos métodos. De acordo com as educadoras Kubaski e Moraes, em seu artigo *O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas*:

(...) submetendo-os a um processo da língua escrita por meio de uma prática estruturada e repetitiva, o que resultou restrições de vocabulário, uso de frases estereotipadas, nas quais faltam os elementos de ligação e dificultam o uso efetivo da língua. Se a pessoa com surdez não tiver um bom domínio da língua, certamente terá dificuldades na compreensão de muitas palavras do texto. (KUBASKI e MORAES, 2009, p.3417).

Quando surgiu a Comunicação Total, que consiste na filosofia de trabalho com os Surdos onde usavam quaisquer recurso disponível para estabelecer um contato efetivo com eles, por exemplo, por meio oral, treinamento auditivo, desenhos, escrita e bimodalismo, isto é, o português sinalizado, na década de 1960, levou a revalorização da Língua de Sinais.

Logo apareceram nas escolas os corais em Libras, que não corresponde com a expressão da

arte Surda. Eles se assemelhavam a marionetes, imitando os sinais e movimentos passados por um maestro ouvinte. Casos assim, de acordo com Karin Strobel, “são sujeitos camuflados de ouvintistas, pois querem agradar às plateias ouvintes e não absorvem as realidades culturais dos povos surdos” (STROBEL, 2008, p.69). Isso por acreditarem que estão de fato colaborando com os sujeitos Surdos, com essa visão de cultura ouvinte, sem ver que estão agindo erroneamente.

Hoje, há uma disponibilidade no mercado de adaptações visuais utilizadas pela comunidade ouvinte, como Internet, mensagens de celular e *closed-caption*, que é a legenda em programas televisivos. Este último, mais uma vez é uma tentativa de adaptar a língua do ouvinte à pessoa que não ouve. É verdade que existem colégios que usam Língua de Sinais, porém, apenas como mediação com o oral e não como produção cultural linguística. Eles praticam o oralismo como primeira língua e fazendo uso de métodos tradicionais, esforçando-se para conseguir equipamentos tecnológicos que viabilizem essa mediação do Surdo com o modelo ouvinte e consideram isso como trabalho bilíngue. A Libras é a primeira língua dos sujeitos Surdos, mas essas instituições de ensino pregam teorias contrárias ao que dizem ser bilíngue.

A abordagem educacional por meio do bilinguismo pretende capacitar a pessoa com surdez à utilização de duas línguas: a de sinais e a da comunidade ouvinte. As propostas educacionais começaram a estruturar-se a partir do Decreto 5.626/05, que regulamentou a Lei de Libras, também como língua materna dos Surdos brasileiros, aprovada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Assim, os Surdos ganharam direito ao conhecimento a partir dessa língua. O português é usado na modalidade escrita, sendo considerado segunda língua, dessa forma é considerado bilíngue. Quadros contribui afirmando que: “quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.” (MÜLLER, 2000, p.54).

Um fato importante que deve ser percebido é que existem algumas divergências relacionadas à inclusão dos alunos Surdos, pois, alguns vêem a escola especial como segregadora, porque acreditam que os estudantes isolam-se cada vez mais. Para outros, esse tipo de escola valoriza a comunidade Surda, sua cultura e sua identidade, salientando que esse espaço de aprendizagem de uma língua efetiva favorece o desenvolvimento intelectual da criança. O que vale é o diálogo, o convívio, entre as duas línguas, para que a criança, ao longo de seu crescimento, desenvolva as capacidades cognitivas, linguísticas, afetivas e políticas, independente do espaço escolar no qual

está inserida.

Para isso acontecer, é preciso conhecer os sujeitos na sua singularidade linguística e reconhecer que os discentes Surdos precisam de uma educação apropriada. Como está previsto na Lei, eles devem adquirir primeiro sua língua materna, que é a de Sinais, e depois a portuguesa, a fim de facilitar a sua compreensão, uma vez que o aprendiz da segunda língua faz uso da primeira como estratégia da aprendizagem. A proposta bilíngue permite ao leitor Surdo que ele entenda o significado do que lê, deixando de ser apenas decodificador da escrita, não deixa de ser tratada somente como uma facilitadora da comunicação, mas passa a ser também objeto de estudo.

Faz-se necessário, assim, 'um modelo no qual o déficit auditivo não cumpra nenhum papel relevante, um modelo que se origine e se justifiquem nas interações normais e habituais dos surdos entre si, no qual a língua de sinais seja o traço fundamental de identificação sociocultural e no qual o modelo pedagógico não seja uma obsessão para corrigir o déficit, mas a continuação de um mecanismo de compensação que os próprios surdos, historicamente, já demonstraram utilizar (Skliar, 1997, p.140)'. (...) As propostas educacionais direcionadas para o sujeito surdo têm como objetivo proporcionar o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Ressaltando, a importância de desenvolver na criança a consciência da utilidade da escrita, oferecendo-lhes uma metodologia de ensino própria. A criança deve ter contato com a língua portuguesa de forma funcional, a partir de objetos e coisas familiares para ela, estabelecendo a relação da palavra com as coisas. O uso de recursos visuais é fundamental para a compreensão da língua portuguesa, seguidos de uma exploração contextual do conteúdo em estudo. Para a aquisição da língua portuguesa, é necessário que o professor estimule permanentemente o aluno, provocando-o a enfrentar desafios, bem como, faça uma avaliação do seu desenvolvimento continuamente para assegurar que se conheçam os avanços do aluno com surdez e para que se possa redefinir o planejamento, se necessário (KUBASKI e MORAES, 2009, p. 3416, 3417 e 3418).

É pertinente ressaltar nessa trajetória o modelo clínico de atendimento dos Surdos. A surdez como deficiência parece ter sido abandonada em lugar de uma proposta que concebe a surdez como uma experiência cultural e linguística. Entre 1960 e 1992, a terminologia sofreu mudanças: passou de “surdos-mudos” para “deficientes da audição” e destes para “surdos”, alterando nomes de escolas voltadas a essas pessoas. Nesse processo, o fonoaudiólogo argentino Carlos Skliar, que, por anos, esteve ligado a universidades brasileiras estudando a surdez com base em uma perspectiva cultural, afirma que a Língua de Sinais faz parte da identidade cultural dos Surdos e se transforma no meio adequado para exercitar o direito à informação que todos têm.

De acordo com a pesquisadora Patrícia Marcondes Amaral da Cunha¹⁰, em seu artigo *Cenas*

10 Patrícia é psicóloga pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pesquisa em formação de professores inseridos na educação de surdos a

do atendimento especial numa escola bilíngue: os discursos sobre a surdez e a produção de redes de saber-poder, presente no livro *Estudos Surdos II*, esse princípio teórico surge a partir das discussões no campo de saber denominado Estudos Surdos (ES), ramificação de uma área mais ampla, os Estudos Culturais (EC). Na América Latina, os ECs estão em ascensão em um período em que os regimes totalitários estão em decadência e as lutas políticas pela democratização avançam. O aparecimento de novos atores políticos (mulheres, homossexuais e as minorias étnicas) abriram espaço para novas problematizações sociais. No Brasil, o resultado dessa articulação foram os Estudos Surdos (ES).

Considerações finais

O artigo deixa claro a importância de haver de fato uma educação bilíngue à aprendizagem do Surdo e também do ouvinte, em saber se comunicar com pessoas de diferentes identidades culturais presente no seu país. Diante disso, é necessário uma nova metodologia de ensino, com sala de aula adequada, em que predomine o visual e gestual. A pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento da pessoa ouvinte. Vale salientar que a escola é apenas o primeiro passo para uma reconfiguração na sociedade, na maneira de tratar e de enxergar o próximo. Segundo Foucault:

Para assegurar o bem-estar comum e a segurança da população, é necessária uma relação positiva entre a minha vida e a morte do outro. Não se trata de uma relação guerreira (mato porque senão sou morto), mas que é preciso assassinar o outro, o diferente, o anormal, para assegurar o fortalecimento da minha raça, da população da qual eu faço parte: Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, mais as decisões que as iniciaram e as encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência (FOUCAULT, 2005a, p.129).

Foucault, ao falar em morte, não entende apenas “o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2005b, p.306). Acredito ser utópico um espaço livre de relações de poder, já que, para Foucault, isso seria uma

partir de uma abordagem pós-estruturalista. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6212141846704693>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

abstração. Porém, as técnicas disciplinares de controle de espaço, de atividades, de lugares ocupados por cada um dos personagens vão nos ajudar a estipular essa rede entre saber e poder que se articula nas práticas da escolarização dos Surdos e também dos que têm algum tipo de deficiência e luta por mais espaço na sociedade.

De acordo com a Feneis:

Incluir não é só estar em sala de aula. O Brasil fez opção pela construção de um sistema inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de educação para todos, firmada em jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade. Para discutirmos essa proposta: inclusão para Todos, posicionamos o surdo como tendo amparo legal para partilhar da educação para Todos num ambiente lingüístico que preserve o direito a partilhar do conhecimento através da Língua de Sinais. Apontamos também os instrumentos legais que partilham do desejo da comunidade escolar de surdos. Resolução do CNE/CEB nº 2. de 11 de setembro de 2001 – assegura a acessibilidade a Língua Brasileira de Sinais, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – CORDE – garantia da educação especial, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 10.10.172, de 9 de janeiro de 2001. A inclusão escolar do surdo num ambiente da comunidade surda e a possibilidade de realizar o respeito à diferença é garantida através da declaração Mundial de Educação para Todos (FENEIS, 2005, p. 11 e 12).

A linguagem gestual é uma ferramenta que os jornalistas dos veículos televisivos de comunicação devem utilizar, com o intuito de fazer ser compreendido e atingir um alcance maior da mensagem contida na notícia. É preciso humanizar o trabalho jornalístico, enxergando o outro, que também é telespectador, para que a TV não apareça como um canal de inacessibilidade aos múltiplos públicos que fazem parte da audiência. Assim, com o bilinguismo instaurado no Brasil, teremos Surdos e ouvintes alfabetizados em ambas as línguas, comunicando-se uns com os outros, conhecedores de sua cultura, favorecendo o desenvolvimento dos sujeitos Surdos e a sua participação na sociedade, exercendo seu papel de cidadão. Em relação a questão de cidadania e democracia, James Holsten (2013) afirma:

A democracia brasileira avançou de forma significativa nas últimas duas décadas. Na verdade, tem sido pioneira em inovações que a situam na vanguarda do desenvolvimento democrático do mundo. No entanto, exatamente quando a democracia se enraizou, novos tipos de violência, injustiça, corrupção e impunidade aumentaram dramaticamente. Essa coincidência é o paradoxo perverso da democratização do Brasil. Como resultado, muitos brasileiros sentem-se menos seguros sob a democracia política que alcançaram. (...) Além disso, ao mesmo tempo que uma geração de cidadãos insurgentes democratizou o espaço urbano, criando um acesso sem precedentes aos seus recursos, um clima de medo e incivildade passou a permear os encontros públicos. (...) Essas condições debilitam a democracia. Erodem uma esfera pública inegavelmente ampliada pela nova participação

popular na formulação da lei. (...) os brasileiros vivenciam uma cidadania democrática que parece ao mesmo tempo se erodir com sua expansão, uma democracia às vezes capaz e outras vezes tragicamente incapaz de proteger o corpo de seus cidadãos e de produzir uma sociedade justa (HOLSTON, 2013, p.349).

Boas intenções não faltam nas discussões que a sociedade civil e o Governo impulsionam ao alicerçamento do campo público dos meios de comunicação. Espera-se que a possibilidade de ter o conteúdo bilíngue disponibilizado em rede aberta funcione como alerta para uma transformação de paradigmas nesse sentimento de desprezo ou estranhamento. Aguardamos também que a linguagem audiovisual seja legitimada como auxiliar no processo de construção e transmissão do conhecimento.

Um grupo social tem a liberdade de se apropriar dos significados e sentidos de processos comunicativos. Deve ser trabalhada a inclusão social na mídia, pois no campo da sociedade inclusiva há o foco na diversidade humana. Deve ser posto em prática novas abordagens dentro da Comunicação, como um fator essencial ao surgimento de tendências, como o jornalismo comunitário participativo, importante para o amadurecimento social da prática telejornalística.

Para finalizar, desejamos que ocorra um reconhecimento e utilização dos veículos de comunicação como um espaço de maturidade à cidadania e à experimentação. Isso é o que o telespectador espera e essa deve ser a contribuição da pesquisa em Comunicação. O uso adequado das mídias ajudam no exercício da cidadania e no processo de inclusão social. Cultivar uma relação entre a comunidade Surda e a escola, a universidade e a mídia, corrobora para que os ouvintes entrem e possam até compartilhar a língua e o estilo de vida dos Surdos.

Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. **História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande - MS**. Petrópolis: Arara Azul, 2009.

BAKER-SHENK, Charlotte; COKELY, Dennis. **American Sign Language: A teacher's resource text on curriculum, methods, and evaluation**. Washington.: Gallaudet University Press, 1980.

ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS). **Política educacional para surdos do rio grande do sul**. Porto Alegre, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

_____. **Em defesa da sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KUBASKI, Cristiane; MORAES, Violeta Porto. **O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas**. IX Congresso Nacional de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

MARTIN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver - Hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Senac, 2001.

MOURA, Maria Cecília de. O dia do Surdo. In: BADIN e PINTO, Cláudia Gisele. (Orgs.). **Surdo sim, mas não mudo**. Revista Sentidos, ano 2, n.11, Novembro 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais**. Textura, Canoas, n.3, 2000.

_____. **Estudos de línguas de sinais: uma entrevista com Ronice Müller de Quadros**. ReVEL, vol. 10, n. 19, 2012.

_____; PERLIN, Gladis (org.). **Estudos surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

RAMALHO, Alzimar Rodrigues. **Entre universidade e sociedade, há espaço para a televisão**. Revista Rumores. Ed.5/maio-agosto 2009.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

SOUZA, Saulo Xavier de. **Sentidos do outro lado: percepção da mensagem de notícias do telejornal local de tv aberta “jornal do 10” por sujeitos surdos**. Revista virtual de Cultura Surda. ISSN: 1982-6842. Ed. 2, janeiro, 2008. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/98>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VERÓN, Eliseo. **Teoria da mediatização**. São Paulo: Matríz, 2014.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. **Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)**. Mestrado em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

WILCOX, Sherman e WILCOX Phyllis Perrin. **Aprender a ver: o ensino da língua de sinais americana como segunda língua**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.